

PRÁTICAS EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Arquitetura participativa como comunicação dialógica desafios da prática extensionista dos EMAUs em meio a pandemia de COVID-19

Ana Maria da Silva Oliveira ^{1*}

Sara Vicentini de Oliveira ²

Samla Gonçalves ³

Hellen Goudinho Sandrini ⁴

Diego Dias Caraméz rodriguez ⁵

Chiara Giambelli ⁶

Isabella Savi de Figueiredo ⁷

Clara Bragança Boschiglia ⁸

Julia Anacleto Silva ⁹

Lucas Sabino Dias ¹⁰

¹ Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: ana_0202oliveira@hotmail.com

² Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: sara_vicentini@hotmail.com

³ Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: samlagoncalves@hotmail.com

⁴ Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: hellensandrini@outlook.com

⁵ Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: diegocaramez@gmail.com

⁶ Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: chiaragiambelli182@gmail.com

⁷ Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: isabellasdefigueiredo@gmail.com

⁸ Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: clarabboschiglia@gmail.com

⁹ Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: anacletojulia@gmail.com

¹⁰ Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: lucas.s.dias@ufsc.br

*autor correspondente

RESUMO

O presente relato visa abordar os desafios da metodologia participativa diante da pandemia de COVID-19, bem como as perspectivas futuras para a comunicação comunidade-universidade dentro da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O Ateliê Modelo de Arquitetura e Urbanismo (AMA) - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) da UFSC - atua como uma ferramenta de acesso à moradia digna, através da arquitetura participativa como comunicação dialógica. A partir da experiência do projeto de extensão com a comunidade da Ponta do Leal, localizada no bairro Balneário Estreito em Florianópolis/SC, busca-se desenvolver atividades em conjunto aos moradores, adaptando a metodologia de acordo com o contexto inserido. Nesse sentido, a troca de saberes é fundamental para garantir a autonomia dos usuários. Para tanto, o relato aborda de maneira crítica o andamento do projeto participativo, apresentando os alcances e as barreiras encontrados nessa prática. Assim, por meio de uma análise objetiva, pretende-se colaborar para a práxis dialógica, a reflexão sobre a formação do Arquiteto e Urbanista e qual o seu papel social, contribuindo para o desenvolvimento de uma universidade socialmente comprometida.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura Participativa; Comunidade; Escritório Modelo; Extensão Universitária; Ponta do Leal; COVID-19.

Participatory architecture as a dialogic communication challenges of extension practices of Model Offices of Architecture and Urbanism amid the COVID-19 pandemic

ABSTRACT

This report aims to address the challenges of participative methodology in the face of the COVID-19 pandemic, as well as the future perspectives for community-university communication within the Federal University of Santa Catarina (UFSC). The Model Architecture and Urbanism Studio (AMA) - Model Office of Architecture and Urbanism (EMAU) of UFSC - works as a tool for access to decent housing, through participative architecture as dialogical communication. Based on the experience of the extension project with Ponta do Leal community, which is located in Balneário Estreito neighborhood at Florianópolis/SC, the goal is to develop activities with the residents, by adapting the methodology according to the context in which it is found. In these terms, the exchange of knowledge is essential to guarantee user's autonomy. Therefore, the report critically addresses the progress of the participative project, presenting the scope and barriers encountered in this practice. Thus, through objective analysis, it is intended to collaborate for the dialogical praxis, the reflection on the formation of the Architect and Urbanist and what is its social role, contributing to the development of a socially committed university.

KEYWORDS

Participative Architecture; Community; Model Office; University Extension; Ponta do Leal; COVID-19.

Submetido em: 31/08/2020 – **Aprovado em:** 15/06/2021 – **Publicado em:** 20/06/2021

Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

1 INTRODUÇÃO

A formação das cidades brasileiras advém de um processo de urbanização desordenado que reproduz uma lógica espacial segregadora. Recursos e políticas públicas, historicamente, se voltaram a parcela da população já privilegiada, residente na “cidade formal”. Maricato (2009, p.122-123) afirma que “a exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da ‘cidade oficial’”. Mas qual seria a responsabilidade social do arquiteto e urbanista perante essa dinâmica? Haveria possibilidade de contribuir de forma efetiva? Poderiam arquitetos e urbanistas oferecer assistência a esse processo?

Foi no entorno desses debates que - a fim de democratizar o acesso à moradia digna e de qualidade para comunidades organizadas que não têm acesso a um profissional qualificado - a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA) idealizou uma entidade de extensão universitária. Surgem, então, os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs) - fundamentados nos conceitos de autonomia estudantil, conexão da tríade universitária, horizontalidade e metodologia participativa por meio da comunicação dialógica. A partir dessa iniciativa, em 2002, estruturou-se, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Ateliê Modelo de Arquitetura e Urbanismo (AMA). Junto às comunidades de Florianópolis, o grupo acredita que a organização popular e participação comunitária

exercem um papel de transformação social fundamental para construir outros projetos de sociedade e de cidade.

A arquitetura participativa praticada pelos EMAUs se baseia nas propostas freireanas de ação comunicativa para a compreensão da realidade. Diferente da extensão unilateral - que considera que uma parcela da sociedade é vazia de conhecimento e que o papel do extensionista é depositá-lo sobre ela - a ação comunicativa pressupõe o constante diálogo entre dois sujeitos (os técnicos e a comunidade) propostos a educar mutuamente, visando à mudança da realidade em que se inserem (POEMA, 2006. p. 13-14). Sendo assim, não há relação hierárquica, mas uma postura horizontal entre eles. No processo horizontal, todos são considerados educadores, produtores de conhecimento e contribuem em todas as etapas (Freire, 1968. p.48). Contudo, é notável a complexidade dessa metodologia, fato que pode promover diversos desafios durante a sua aplicação.

O Ateliê Modelo de Arquitetura contribui, desde a sua criação, no desenvolvimento de diversos projetos participativos com comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental. Em 2005, iniciou-se um contato com a comunidade pesqueira da Ponta do Leal¹, localizada no Bairro do Balneário Estreito em Florianópolis/SC. Essa experiência evidenciou o processo de luta social pelo direito à moradia e à permanência no contexto de sua subsistência.

Durante o período entre 2005 e 2012, o Ateliê Modelo trabalhou com a elaboração de um projeto habitacional junto à comunidade, acompanhando o processo de resistência e organização dos moradores em busca pela garantia do direito à moradia e permanência em seu local de origem. Ao final desse processo, o projeto proposto pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi escolhido pelos moradores com algumas alterações, por atender melhor às necessidades apresentadas naquele momento. Dentre as modificações, vale citar o aumento da área por apartamento, a qual contribuiu para uma maior qualidade arquitetônica e conforto das famílias, além da concessão das edificações adjacentes ao condomínio, pertencentes à União, para uso como um centro comunitário. No início de 2019, o residencial foi entregue à comunidade, porém o espaço do centro comunitário ficou pendente. Devido a essa demanda, o contato com o AMA foi restabelecido para reivindicar a cessão das edificações que atualmente são ocupadas pela Associação dos Servidores da CASAN² (ASCAN).

Nesse sentido, pretende-se refletir sobre os desafios da prática de arquitetura participativa do Ateliê Modelo, por meio das experiências de atuação com a comunidade da Ponta do Leal, tendo como base teórica e legal os conceitos de Paulo Freire, o Estatuto da Cidade (lei 10.257/2001) e a lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (lei 11.888/2008). Ademais, ao considerar a atual crise mundial da saúde, o trabalho visa abordar os desafios de atuação perante o enfrentamento da pandemia de

¹ A comunidade sofreu ameaça de realocação da orla para um contexto que ignorava sua característica principal - a pesca - por estar localizada em uma área de especulação imobiliária.

² Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)

COVID-19, bem como as perspectivas futuras para a comunicação comunidade-universidade dentro do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC.

2 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA PARTICIPATIVA COM A COMUNIDADE DA PONTA DO LEAL

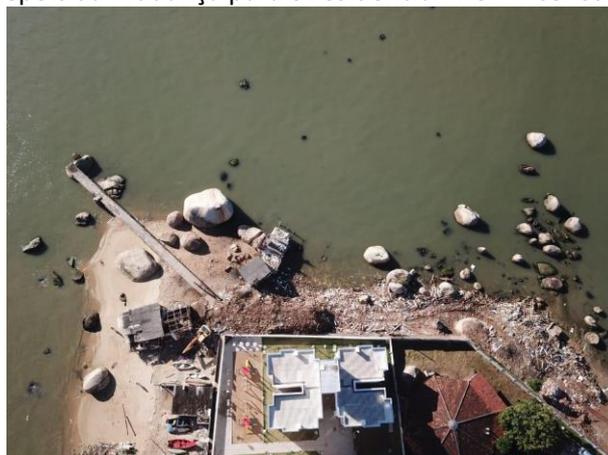
Para elaboração de uma metodologia participativa efetiva, foi importante compreender que a mudança para o condomínio proporcionou uma melhora na qualidade de vida - ao garantir infraestrutura e dignidade aos moradores. É possível notar, através da comparação das Figuras 1 e 2, a proximidade do Residencial com o local de origem. A permanência na área foi fundamental por preservar a fonte de renda de algumas famílias, a pesca, e minimizar o impacto da mudança nas relações com o espaço. Ademais, o processo da luta pela moradia contribuiu para uma maior autonomia e representatividade da comunidade nas relações com a cidade. A partir dessa compreensão, entende-se que: “a habitação é um processo e deve ser encarada não somente em termos de suas características físicas, mas também em termos de seu significado para seus usuários” (Turner *apud* Villaça, 1986, p. 59-60).

Figura 1. Ponta do Leal antes e depois da mudança para o residencial MCMV construído ao lado das palafitas



Fonte: Ponta do Leal (2019)

Figura 2. Ponta do Leal depois da mudança para o residencial MCMV construído ao lado das palafitas



Fonte: Ponta do Leal (2019)

Esse processo envolveu aspectos subjetivos relativos à memória coletiva e à identidade do grupo - mudança das palafitas para o residencial (Figura 3) - assim como, o engajamento da comunidade após a entrega dos apartamentos. Tendo em vista a sensibilidade dessa mudança, percebeu-se a importância de ter claro as demandas e um planejamento para a prática da metodologia participativa junto à comunidade. Esse método promove uma comunicação dialógica entre ambas partes, permitindo a troca de conhecimento, autonomia e emancipação da comunidade (Freire, 1985).

Figura 3. Residencial Ponta do Leal



Fonte: NSC total (2019)

Tendo como objetivo principal a conquista do espaço e projeto para o centro comunitário, inicialmente foram planejadas oficinas, mutirões e reuniões, tanto com os moradores, quanto com as entidades envolvidas. Para que isso ocorresse efetivamente, os estudantes, junto com o professor orientador, procuraram abranger questões para além do projeto arquitetônico, trabalhando com a interdisciplinaridade. Sendo assim, o AMA associa sua atuação a duas entidades: a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP) - que desenvolve a conscientização sobre gestão de resíduos - e a Cooperativa de Sociólogos Solidários (COOPSSOL Brasil), que auxilia no entendimento socioeconômico e no acompanhamento das famílias do condomínio.

Para o ano de 2019, foram planejadas reuniões e conversas com os moradores para entender o processo de mudança para o condomínio e as demandas apresentadas. Nesse período, foi organizado um mutirão de limpeza da orla junto aos moradores, a COMCAP, a Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM) e a CASAN - tendo em vista que a prefeitura demoliu as palafitas, mas não efetuou a limpeza da praia (Figura 4). Ainda junto com essas entidades, foi feita uma ação porta em porta com o intuito de debater com a comunidade sobre as possibilidades para separação do lixo, implementação de composteiras coletivas, minhocários e horta comunitária, além de reuniões junto ao conselho de moradores do residencial.

Figura 4. Mutirão de Limpeza realizado com a participação do AMA, comunidade da Ponta do Leal, CASAN, FLORAM e COMCAP



Fonte: os autores

Durante o ano de 2020, tinha-se como objetivo a aproximação dos estudantes à comunidade e o levantamento de dados da situação do terreno da União, a partir do planejamento das atividades junto com os moradores. Nessa etapa, foram pensadas oficinas, como o varal da memória, que consistia em uma ação com as crianças para compreender o processo de adaptação ao residencial, onde também teriam rodas de conversa com os adultos e idosos. Entretanto, com o início do isolamento social, devido a COVID-19, não foi possível realizar as atividades conforme o planejado. Dessa forma, as ações tiveram de ser repensadas e o contato com a comunidade passou a ser online. Foram realizadas reuniões remotas com o conselho de moradores e entidades envolvidas para desenvolver propostas de como aconteceriam essas atividades, como, por exemplo, a construção de um cronograma de oficinas online sobre compostagem, plantas aromáticas e medicinais, a busca por referências de hortas comunitárias e discussão sobre a viabilidade de implementação. Como ferramenta de divulgação das ações realizadas nesse período, foram criados grupos de *Whatsapp* com os moradores e elaboradas artes gráficas (Figura 5), além de se estabelecer um contato mais próximo com o líder comunitário através de ligações periódicas pelo telefone.

Figura 5. Arte de divulgação reunião com o Conselho de Moradores



Fonte: os autores

No ano de 2021, houve um foco maior em relação ao centro comunitário. Assim, foram realizadas reuniões, ainda de forma remota, com o conselho do Residencial Ponta do Leal e Associação de Moradores dos bairros do Estreito, Balneário e Coqueiros, para definição dos objetivos e possibilidades de uso do espaço. A partir desses debates foi definido que o projeto se basearia na promoção da educação, saúde e cultura para as comunidades da área continental de Florianópolis. Consoante a essas discussões, tem sido trabalhada a parte burocrática de cessão dos anexos. No entanto, a prática da metodologia participativa dentro de um contexto pandêmico apresenta diversos desafios.

3 OBSTÁCULOS DA ARQUITETURA PARTICIPATIVA: *desafios da prática extensionista frente à pandemia de COVID-19*

Diante da pandemia de COVID-19, a comunicação dentro da gestão participativa é um dos desafios metodológicos. Uma das principais limitações do AMA foi não estar com a comunidade de forma presencial para o andamento do projeto participativo. A comunicação acontece de maneira remota, a partir de encontros virtuais com o Conselho de Moradores, membros de associações locais e demais pessoas que queiram contribuir. Mesmo diante da realidade caótica, o projeto precisa continuar com as adaptações necessárias, de modo a não perder o contato já estabelecido com a comunidade.

Outras limitações observadas foram as dificuldades de adaptação à realidade a ser investigada, visto que o contato remoto é a única possibilidade de comunicação. Durante o processo, notou-se que o vínculo é dificultado, pois nem todos têm acesso a esses recursos, tampouco familiaridade ou posse das ferramentas. Desse modo, não foi possível promover a aproximação com todos, já que depender do contato virtual não garante a participação plena dos atores. Ainda assim, tal estratégia mostrou-se adequada, na medida em que era o único meio de comunicação e possibilitou a manutenção e estreitamento dos laços com o Conselho de Moradores.

Também é importante destacar a mudança na rotina da comunidade em razão da pandemia, cenário que, aliado à omissão do Estado, contribui para o agravamento das desigualdades já existentes. Grande parte das famílias do Residencial teve sua renda mensal muito afetada, fator que contribuiu para que tivessem que priorizar atividades e trabalhos que gerassem renda imediata, em vez de participar do andamento do projeto. Aliado a isso, sabe-se que as famílias da Ponta do Leal já adquiriram seus apartamentos, ponto mais urgente de sua luta, o que colabora para que possuam um menor incentivo para participar das reuniões referentes ao centro comunitário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: *análise projetual e perspectivas futuras*

Com base no relato apresentado, percebe-se a importância e a complexidade de um projeto participativo, especialmente com as limitações causadas pela pandemia de COVID-19. Em virtude das

recomendações de distanciamento social, o contato presencial foi impossibilitado e o Ateliê Modelo teve que adaptar e revisar sua metodologia constantemente. Com o foco em não perder o contato com os moradores, foi estabelecida a comunicação via grupo no *Whatsapp* e mantida através de reuniões remotas e ligações telefônicas. Ainda que os encontros virtuais não possibilitem a ampla participação da comunidade, os laços com o Conselho - ponte entre os moradores e os estudantes - foram consolidados e a metodologia adaptada de acordo com o andamento do projeto, através do uso de representações gráficas e do estabelecimento de objetivos claros e de curto prazo para estimular a participação.

Por lidar com aspectos de interesse comunitário, como a união e a identidade, o processo é peça central no projeto de extensão. Diante disso, esses espaços de convivência necessitam ser feitos de maneira que reforcem a autonomia da comunidade na tomada de decisões. Além da elaboração de um anteprojeto arquitetônico do centro comunitário e dos espaços comuns, busca-se uma formação para estudantes e moradores que caminhe no sentido da emancipação, colaboração e aprendizado mútuo. A prática extensionista promovida pelos EMAUs pode, assim, apresentar-se como ferramenta de aproximação entre a universidade e a sociedade. Apesar dos desafios, o desenvolvimento da metodologia participativa como comunicação dialógica em comunidades organizadas, possui princípios que contribuem para que todos os envolvidos recebam e compartilhem conhecimento.

REFERÊNCIAS

AMA - Ateliê Modelo de Arquitetura. (2020). *Ponta do Leal 2012*. Recuperado de: <https://amaufsc.wordpress.com/projetos-atuais/ponta-do-leal/> Acesso em: 20 ago. 2020.

AMA - Ateliê Modelo de Arquitetura. (2020). *Ponta do Leal 2018*. Recuperado de: <https://amaufsc.wordpress.com/projetos/pontadoleal/> Acesso em: 20 de ago. 2020.

Barone, A. C. C., & Dobry, S. A. (2004). Arquitetura participativa na visão de Giancarlo de Carlo. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, (15) 18-31. Recuperado de: <http://www.revistas.usp.br/posfau/issue/view/3574/920> Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 11.888, de 24 de Dezembro de 2008. (2008). Assegura às famílias de baixa renda Assistência Técnica Pública e Gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. *Diário Oficial da União*. Brasília, 2008. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. (2001). Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 2001. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm Acesso em: 28 ago. 2020.

FENEA, Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura. (2006). *POEMA- Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo, SP. 90p. Recuperado de: <http://www.fenea.org/poema> Acesso em: 20 ago. 2020.

Freire, P. (1967). A dialogicidade - essência da educação como prática da liberdade. In: Freire P. *Pedagogia do Oprimido* (17ª ed., Cap. 3, p. 44-69) Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1985). *Extensão ou Comunicação?* 8ª. ed. São Paulo: Paz e Terra.

Maricato, E. (2009). As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento Urbano no Brasil. In: Arantes, Otília et al. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. 5.ed. Petrópolis: Vozes.

NSC total. (2019). *Apartamentos são entregues para moradores da Ponta do Leal: veja o que mudou para a comunidade* (2019, 19 de março). NSC total. Recuperado de: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/apartamentos-sao-entregues-para-moradores-da-ponta-do-leal-veja-o-que-mudou-para-a> Acesso em: 25 Ago 2020.

Ponta do Leal. (2019). Florianópolis: Facebook. Recuperado de: <https://www.facebook.com/PontaDoLeal/photos/pcb.1013397105522568/1013397018855910> Acesso em: 25 Ago 2020.

Ponta do Leal. (2019). Florianópolis: Facebook. Recuperado de: <https://www.facebook.com/PontaDoLeal/photos/pcb.1013397105522568/1013397068855905> Acesso em: 25 Ago 2020.

Prefeitura de Florianópolis. (2019). *Rancho de Amor à Ilha participa do grande mutirão de limpeza na Ponta do Leal*. Recuperado de: <http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina¬i=21134> Acesso em: 25 Ago 2020.

Rampazzo, M. R. R. (2008). *Protagonismo e Resistência da Comunidade Ponta do Leal frente à política de habitação em Florianópolis*. (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Thiollent, M. (1986). *Metodologia da Pesquisa-ação*: 2ª. ed. São Paulo: Cortez Editora.

Villaça, F. (1986). *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global Editora.

Artigo submetido ao sistema de similaridade